

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
-----**REUNIÃO 08 DE OUTUBRO DE 2004**-----
-----**ACTA NÚMERO DEZ / DOIS MIL E QUATRO**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – Ricardo José Henriques Daniel; -----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Américo António Melro Sebastião (PSD); José Alexandre Fonseca (BP); M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); João Carlos Esteves Duarte (BP); Ricardo José Henriques Daniel (PSD); Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Susana Paula Geraldês T. Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); João António Ricardo Mateus (BP); Carlos António Casimiro (BP), João Paulo Hermenegildo (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); José Manuel G. Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Victor Manuel Ferreira Fonseca (PS); Maria Norberta P. Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP). -----
-----Faltaram a esta reunião os senhores João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP) e José Júlio Martins Barreiras (PSD).-----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Jorge Manuel Costa Pereira, José António Silva Filipe, o Chefe da Divisão de obras Particulares, Planeamento e Urbanismo arqt. Alberto Jorge Jerónimo e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----
-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu na sede da União Progressiva do Vale Covo. -----
-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:** A senhora D. Susana Manco (PS) congratulou-se com a recente eleição para a Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana do Oeste do Deputado Mário Morgado (1.º vice-Presidente) e do senhor Presidente da Assembleia Gabriel Martins (Presidente da Assembleia da Comunidade Urbana). Estranhou que os 19 votos que elegeram a lista A correspondam matematicamente aos eleitos do PS e CDU e os da lista vencida aos eleitos do PSD, CDS/PP, BP e 1 da CDU, considerando que para alguns nem sempre o Bombarral está primeiro. Quanto à situação financeira disse que se continuam a deparar com verbas decorativas em rubricas de faz de conta como são os casos da remodelação do Mercado Municipal, centro de estudos vitivinícolas e área de actividades económicas do Falcão. Solicitou esclarecimentos aos serviços municipais sobre as seguintes questões: € 9549,70 na rubrica Material de ETAR's; € 119971,77 na rubrica parques de estacionamento; diferença no total da dívida que num mapa aparece como sendo € 1.757019 e noutra mapa aparece como

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

sendo € 1824394. Gostava de saber se a listagem que vem no final da informação diz respeito à dívida de 2004 ou se é o valor acumulado de anos anteriores.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que o BP não é penhor dos votos de ninguém e não está nos órgãos para ter cargos nenhuns. Quer é defender os interesses das populações. O que sucedeu na eleição para a assembleia da Comunidade Urbana do oeste, só sucedeu porque inicialmente havia uma lista única e nem sequer sabiam quem eram os nomes. Quando foram apresentados os nomes deu-se uma reviravolta e o PS não quis alterar a situação. O PSD foi a 2.ª força mais votada mas aparecia apenas em 3.º lugar na lista. Quando havia apenas umalista única tinha uma posição, mas quando surgiram duas listas tomou outra posição. Lembrou que quem sempre boicotou os actos do BP foi o PS. Não têm nenhuma penhora perante o PS. São e vão continuar a ser independentes. A CDU reclamou sempre o direito de oposição mas naquele dia não estava interessada no direito de oposição. Depois de todas as criticas que o PS faz ao executivo PSD, na Câmara o vereador do PS viabiliza questões como o subsídio ao ciclismo e o empréstimo. As críticas são apenas para inglês ver. Perguntou quem é que afinal está com o poder? Não sabe porque é que depois se vem para a Assembleia Municipal criticar o PSD. Está convencido que a actual gestão deve ser a meias com o PS.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a senhora deputada Susana Manco se congratulou com determinado acto e a Mesa não manifestou qualquer contrariedade tal como não o fez relativamente à intervenção do senhor deputado Fernando Venâncio. Espera que de agora em diante haja comedimento quanto a este assunto para que o mesmo não se arraste. Se tal acontecer a Mesa retirará a palavra aos deputados que queiram arrastar este assunto que não está na ordem do dia.-----

-----A senhora D. M.ª Los Angeles (CDU) disse que neste momento sentem a sua honra atingida. Gostava que o BP explicasse porque colocou a CDU ao barulho. Há uma confusão tão grande que não percebeu qual é o problema. A CDU quando faz um acordo sabe cumprir a sua palavra e foi isso que fez. Se a intervenção era para lavar roupa suja havia muito para dizer.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a remodelação do Mercado Municipal, centro de estudos vitivinícolas e área de actividades económicas do Falcão, estão em orçamento para o caso de haver possibilidade de qualquer candidatura. Quanto à verba de material para as ETAR's disse que existem 3 ETAR's a funcionar – Azambujeira, Columbeira e Pó. Quanto à questão sobre a rubrica dos parques de estacionamento, dado não estar ninguém da Divisão Financeira não está em condições de responder, tal como em relação à questão do montante da dívida. A listagem da dívida é só de 2004.-----

-----Em defesa da honra o senhor vereador Jorge Costa Pereira referiu não saber porque carga de água se falou no vereador do PS dado não ter tido qualquer interferência na eleição da Assembleia da Comunidade Urbana. É incapaz de durante dois anos ter sido vereador da educação, ter pugnado pela construção das pré-primárias da Delgada e Barrocalvo e no momento de aprovar o financiamento votar

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

contra. O empréstimo era para estas obras e para o Largo do Município que é uma obra que foi aprovada por unanimidade na Câmara. Esta intervenção não fica bem ao deputado Fernando Venâncio, que tem pautado a sua actuação pelo rigor.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) quanto à contracção do empréstimo disse que ao ter-se absterido o senhor vereador Jorge Costa Pereira, viabilizou o mesmo. Pergunta se para fazer qualquer obra a Câmara tem de contrair empréstimos. O senhor vereador Jorge Costa Pereira não se incomodou quando a Câmara aprovou 24.000 contos para a equipa de ciclismo e absteve-se para viabilizar essa aprovação. Têm que ser rigorosos. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que a questão das sessões transitarem de um dia para outro tem as suas vantagens. A propósito do cemitério da Roliça perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual o resultado das diligências que tinha ficado de fazer na semana seguinte à última reunião da Assembleia. Em relação à celeuma suscitada pelo voto de congratulação da deputada Susana Manco, disse que o PS se tem revelado especialista em subverter os resultados eleitorais. Nas últimas eleições autárquicas foi a 3.ª força mais votada para esta assembleia, mas subverteu os resultados ao eleger o Presidente desta Assembleia. As pessoas melindram-se com facilidade não aceitando críticas. Registou a intervenção do senhor vereador Costa Pereira lembrando ter questionado quanto ao custo do bunker da Praça do Município e ainda não teve resposta. Chamou a atenção da senhora deputada Susana Manco, que tanto tem pugnado pela legalidade contra a Câmara, para o teor da acta 40/2004, onde em resposta a críticas da direcção do Sport Clube Escolar Bombarralense, o senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que “(...) respondeu afirmativamente a um pedido do vereador António José Faustino que na altura não tinha forma de cabimentar a despesa e, para ficar livre das críticas da oposição por oferecer jantares sem ter onde cabimentar a despesa, combinaram uma forma para dizerem ao dono do restaurante que era o SCEB que pagava, mas na realidade a obrigação era da Câmara, que iria ressarcir o clube com um subsídio em 2004 e até pode dizer de que rubrica saiu o dinheiro (...)”. Gostava de saber de que rubrica saiu o dinheiro. Lamenta que as coisas sejam postas nestes termos. Chamou a atenção da senhora deputada Susana Manco para estes pormenores, que não se prendem com rubricas do Festival do Vinho e para que analise estas posturas lamentáveis do vereador socialista.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que como é sabido por todos, as eleições para as mesas das assembleias são feitas pelos membros das mesmas assembleias. O que se passou na Assembleia Municipal do Bombarral à 3 anos, foi o mesmo que se passou a semana passada na Assembleia da Comunidade Urbana do Oeste. O resultado foi aquele que resultou do escrutínio.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo solicitou esclarecimentos sobre a reparação da estrada da Tracalaia e sobre o facto do senhor Presidente da Câmara ter dito na última reunião desta Assembleia que na quarta-feira seguinte iria receber os moradores da urbanização das Palmeiras. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que o PS sempre assumiu as suas posições e nunca dependeu de um vereador. Não admite que insinuem que está a fazer

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

show off que é uma falácia o que diz. Quanto à lista de dívidas consta o valor da dívida à Clorofila que decorre de 2003, pelo que está em dúvida se esta lista é de 2004 ou se é o acumulado dos diversos anos. Questionou como é que é possível existirem dívidas com à firma Henrique Querido (€ 73.000), Orlando Domingos dos Santos (€ 58.000), Resioeste (€ 120.000), Santa Casa da Misericórdia (€ 2.000), Shell (€ 19.900) e Via Verde (€ 266). À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários consta uma dívida de € 1.000 mas sabe que a Câmara deve para cima de € 15.000. Apesar de algumas indirectas sobre a postura do PS, sabem que tudo o que têm questionado é pelo rigor e pelo futuro do concelho, que depende do presidente de Câmara e do executivo há mais de 4 anos, incluindo vereadores que hoje estão noutras forças. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse não ter tido qualquer evolução a questão do cemitério da Roliça. Logo que tenha algo enviará a informação. Comprometeu-se a introduzir aceleração na reparação da estrada da Tracalaia e assim fez. Quanto à urbanização das Palmeiras o que disse foi que logo que o Chefe da DOPPU voltasse de férias iriam conversar para hierarquizar a resolução dos problemas. Quanto às importâncias em dívida, dada a ausência dos elementos da Divisão Financeira, é-lhe impossível responder neste momento. Está disponível para que a senhora D. Susana Manco vá na próxima semana à Câmara Municipal para satisfazer as suas apreensões. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) felicitou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e o senhor Mário Morgado pelas suas eleições para a Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana do Oeste. Quanto à referência feita pela deputada Susana Manco a pessoas que faziam parte de anteriores gestões, solicitou que fosse mais clara e dissesse se se estava a referir à gestão do senhor Carlos Serafim. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que como o que se está a discutir é a informação escrita do senhor Presidente da Câmara na parte financeira e não vendo nenhum elemento da Divisão Financeira, pergunta quem é que convoca os funcionários para as sessões da Assembleia Municipal e se não seria de bom tom o senhor Presidente da Câmara ter os Chefes de Divisão a apoiá-lo. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que não é da competência da Mesa convocar qualquer funcionário a não ser que isso tenha sido decidido no plenário e solicitado ao senhor Presidente da Câmara. Lembrou que a gestão do pessoal é do senhor Presidente da Câmara. -----

-----Em defesa da honra, usou da palavra o senhor vereador Jorge Costa Pereira, dizendo que acerca do dinheiro do bunker não deve ser ele a responder mas sim o senhor Presidente da Câmara, todavia disse que ontem na reunião de Câmara foi dito que esta obra iria custar € 1.000.000. Quanto à questão do ciclismo, disse que o senhor João Paulo Hermenegildo não pode querer colocá-lo no meio das lutas internas do PSD. Não pode fazer artigos a elogiar o senhor António José Faustino e criticá-lo a si dizendo que teve uma actuação sem ideias. Não respondeu a esse artigo porque no mesmo jornal o senhor Presidente da Câmara elogiou a sua actuação. No referido jantar de Oliveira de Frades, as pessoas que estavam na mesa eram ele, o senhor vereador António José Faustino, o senhor Presidente da Câmara e o senhor vice-

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

Presidente da Câmara. Quanto à rubrica o que disse, e pareceu-lhe correcta a atitude do vereador António José Faustino, foi que no orçamento seguinte seria o clube ressarcido da despesa com este jantar mediante um subsídio. Não o podem pôr no meio das guerras dos fantasmas do PSD. -----

-----DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONSTITUIÇÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO DO PÓLO II: Presente a informação n.º 0211/DOPPU/04, foi a mesma colocada à discussão. -----

-----O senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo, disse que este é um caso simples. Quando foi feito o levantamento topográfico do pólo II, verificou-se que algumas partes de alguns artigos tinham sido utilizadas para o loteamento do pólo II. Estes prédios são atravessados pelo Rio Corga, ficando divididos, sobrando 6 hectares na parte do loteamento e 1 hectare fora dessa área. Quando sobrepueram o levantamento topográfico à área de intervenção verificou-se que a área não correspondia. Fizeram uma aferição e concluíram que o erro era junto à EN 361 devido à falta de marcos de propriedade. O arquitecto Nuno Morais quando fez o projecto baseou-se no levantamento topográfico, havendo um diferencial de 920 m².-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse ter alguma dificuldade em entender como é que se vai constituir um artigo e criar um lote com 920 m² e não é feita qualquer referência ao reajustamento que é feito relativamente aos outros prédios. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que aquilo que entendeu é que o loteamento já está feito e que ao fazer-se o levantamento topográfico em vez de se marcar num ponto marcou-se noutra e depois verificou-se que havia uma diferença, pelo que agora é necessário afectar ao domínio público 920 m². Nenhum lote vai perder metragem. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que nenhuma área se estreitou, apenas se verificou que havia uma área de terreno que não estava registada.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que aquilo que está em causa é o desfasamento de determinada área. Muito raramente as áreas registadas nas Conservatórias correspondem à realidade. O que quer saber é onde se vai encaixar este lote de terreno que logicamente é para transaccionar. -----

-----O senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo disse que ao fazerem loteamentos se obedece à área de intervenção que é o factor principal para apuramento dos índices e é aí que reside o problema, porque a área foi considerada maior do que a corresponde aos prédios em causa. Na EN existe uma berma que foi considerada na área de intervenção. Mais tarde esta área será para passeios e espaços verdes. -----

-----Foi deliberado por unanimidade autorizar a desafecção do domínio público de parcela de terreno com a área de 920 m², que confronta do Norte, Sul e Nascente com estrada municipal e a Poente com os artigos 37, 40 e 9 869 + parte do 70 e 71) da secção G da matriz predial da freguesia de Bombarral, propriedade do município de Bombarral.-----

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

-----**AUSÊNCIAS:** Pelas 22.49 horas ausentaram-se da sessão o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral e o senhor Américo Sebastião.-----

-----**DERRAMA:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “O artº 18º da lei nº 42/98, de 06 de Agosto, prevê que as Câmaras Municipais possam lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 10% sobre a colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (I.R.C.) que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Nos termos do nº 2 do artº 18 do citado normativo legal, a derrama pode ser lançada para reforçar a capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de equilíbrio financeiro. Tendo em conta a necessidade de aproveitamento de todas as fontes de receita com vista á concretização do Plano Plurianual de Investimentos respectivo e a realização dos objectivos e prioridades previstos, a Câmara Municipal de Bombarral deliberou em sua reunião de 27 de Setembro de 2004, nos termos do nº 1 do artº 18º da Lei 42/98, de 06 de Agosto, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma Derrama de 8% sobre a colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (I.R.C.), a liquidar no ano de 2005 que se destinará a reforçar a capacidade financeira do município, ficando a receita afecta ao financiamento do desenvolvimento da nova área de actividades económicas.” -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a derrama cobrada em 2004 é inferior à cobrada em 2003 em 115, podendo haver ainda pessoas colectivas que não pagaram. A Câmara Municipal aprovou uma taxa de 8% e talvez possam começar aqui um virar de página. Está feito o levantamento da ZIO e vai procurar contactar as pessoas.-- -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) deixou um alerta: não quis entrar na polémica do início da presente reunião, porque não dignifica em nada a Assembleia Municipal. Queria congratular a Câmara pela medida de redução da derrama, parecendo que finalmente compreenderam que se devem criar alguns incentivos aos investidores. Quanto à explicação da redução da taxa não a percebeu, pelo que pede que seja melhor explicada.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que há semelhança do ano passado têm uma posição crítica. O ano passado deixaram passar a derrama para ver o que a Câmara poderia fazer. Verificaram que nada foi vendido. Foi uma receita que a Câmara não cobrou. Esta medida devia ser mais abrangente e tem que haver uma visão mais larga da mesma, não se vendo apenas pelo campo da despesa. Mas o grande falhanço dos orçamentos é do lado da receita que tem uma execução miserável. Por isso, apesar de se congratular por a Câmara ter dado um sinal de baixar a derrama, parece que sendo o concelho cada vez menos industrial e tendo boas vias de comunicação, o BP entende que deve haver uma viragem histórica porque a derrama é inútil e hoje vão reprová-la. -----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles (CDU) disse que poderiam considerar legítimo que este imposto fosse lançado para o desenvolvimento da área de actividades económicas. Se se fizesse obra até poderia ser legítimo lançar-se mão desta forma de

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

angariar receitas. Também durante muitos anos reivindicaram que a proposta trouxesse os objectivos e desde há algum tempo esses objectivos passaram a ser o pólo II ou a área de actividades económicas. Pergunta o que quer dizer “(...)financiamento do desenvolvimento da nova área de actividades económicas.” As verbas orçadas no pólo II não foram executadas. No pólo II foram facturados € 472.010,54 e só pagos € 56.371,38, existindo uma dívida de € 415.629,15. Em 2004 foram cobrados € 195.423,96 de derrama. Se pelo menos este valor tivesse sido usado para pagar a dívida do pólo II podiam dizer que o dinheiro da derrama tinha sido correctamente usado. Gostaria de saber para que vai o dinheiro ser utilizado. Não contem com a CDU para aprovar a derrama. -----

-----O senhor Armando Salvador (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara continua a apresentar o mesmo plano dizendo que a receita fica afecta à área de actividades económicas. Obviamente o PS, apesar de querer acreditar que esta área será uma realidade, sabem que o ano passado o senhor Presidente prometeu mas não cumpriu. Este ano houve em decréscimo nas receitas. O PS considera que se o a Câmara Municipal soubesse gerir melhor as verbas da derrama teria feito um mandato melhor.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a receita da derrama vai ficar afecta à aquisição de terrenos da ZIO. Quanto ao destino da receita da derrama do corrente ano, consta nas propostas do pedido de apreciação e é o desenvolvimento do pólo II. Considera que o pólo II está ser executado tendo em conta as receitas da derrama que serviu para ir pagando a parte dos capitais próprios não tendo havido qualquer recurso a empréstimo. -----

-----Foi deliberado por maioria reprovam a proposta supra transcrita com 16 votos de reprovação (8 do BP, 5 do PS, 2 da CDU e 1 do CDS/PP) e 6 votos de aprovação (6 do PSD). - -----

-----**PRESENCAS:** Pelas 23.10 horas regressaram à sessão o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral e o senhor Américo Sebastião. -----

-----**FIXAÇÃO DAS TAXAS DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Considerando a entrada em vigor em 13 de Novembro de 2003 do CIMI aprovado pelo decreto-lei 287/03, de 12 de Novembro, que no seu artigo 24.º estipula que a comunicação da taxa deve ser feita até 31 de Dezembro à Direcção Geral dos Impostos; Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 112.º, alíneas a), b), c) e no n.º 7 do mesmo artigo do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-lei 287/03, de 12 de Novembro em curso; proponho que sejam fixadas para o ano 2005 as seguintes taxas: a) Prédios rústicos – 0,8%; b) Prédios urbanos – 0,7%; c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,4%; d) Prédios degradados – agravar (majorar) em 25% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados.” -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que o IMI a partir de 2004 tem uma filosofia totalmente diferenciada em relação ao que era a situação em anos transactos. Acontece que o nosso parque urbano é relativamente antigo e o aumento fixo pulveriza a proposta, porque o valor patrimonial não implica muito com a taxa, porque o mínimo

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

ultrapassa o efeito da aplicação. Esta taxa vai incidir nos prédios que estão na faixa entre os prédios mais antigos e os prédios mais recentes e que se encontram isentos, incidindo sobre a actividade comercial e industrial. Está-se mais uma vez a sobrecarregar os comerciantes. Se os prédios novos estão isentos propõe que aos prédios urbanos seja aplicada a taxa de 0,6%.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que a CDU ao fazer uma reflexão sobre os documentos enviados encontrou uma discrepância que tem importância relevante para discutir este assunto. A informação 58/04 diz que foram cobrados € 421.471, mas a posição orçamental diz que foram cobrados € 631.285. Gostava de saber qual dos documentos é verdadeiro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que as pessoas colectivas têm a possibilidade de deduzir como custo a contribuição autárquica e nessa medida não existe sobrecarga da actividade produtiva. A verba de € 631.285 referida têm incluída a sisa.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse saber que as empresas podem deduzir no exercício do ano seguinte o IMI, o que não quer dizer que não seja um custo. O valor arrecadado este ano relativamente ao IMI foi significativamente maior. Questionou se a 2.ª prestação paga em Setembro já estará incluída nestas contas.-----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) referiu que existe uma rubrica própria para a sisa, pelo que os € 631.285 não incluem este imposto, pelo que pergunta qual o valor correcto da receita arrecadada. Não estão em condições de votar em plena consciência. Quanto à majoração de 25%, disse que o senhor Presidente da Câmara não tem uma política de incentivos à recuperação de imóveis. É inadmissível que a Câmara venha propor este valor e não tenha uma política de habitação. Quando devia agir de forma pedagógica, esta Câmara está a lançar coimas. O senhor Presidente da Câmara deve criar um gabinete que incentive os proprietários dos prédios a recuperá-los e para isso tem programas como o RECRIA, REHABITA, REGRIP e SOLARH.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que o esclarecimento foi nulo. Recordou que aquando da discussão em 2003 foi-lhes dito que esta rubrica incluía a contribuição autárquica, não puderam ripostar e hoje tem a oportunidade de dizer que o valor da contribuição autárquica se reporta a valores não cobrados em 2003. As rubricas estão perfeitamente definidas e não incluem outros impostos. Os valores são realmente bastante elevados. O que continua a ser bastante difícil decidir é porque a proposta se limita a mencionar o articulado da lei e não diz o que o município pretende com as percentagens propostas. Não há fundamentação que convença. Os concelhos de Santarém e Cartaxo já reduziram a taxa para 0,6% pelo acréscimo de receita que tiveram. Em virtude de políticas como esta, alerta para a sensibilidade do executivo para esta questão que tem a ver com a capacidade económica dos cidadãos do município e não se podem esquecer da conjuntura económica a nível nacional. Houve pessoas que viram o IMI aumentar € 60 e para o ano vão aumentar mais € 75 e depois mais € 90 e depois + € 105 até atingirem a actualização para já não falarem na reavaliação. O ano passado 198 município tiveram a taxa máxima e 22 a taxa mínima.

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

Em relação aos prédios novos, 188 municípios tiveram a taxa máxima e 29 municípios a taxa mínima. Acha que era correcto e sensato ficarmos num campo intermédio.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que quanto ao sistema de incentivos, os serviços técnicos da Câmara tiveram já oportunidade de assistir à divulgação dos mesmos. Os concelhos que estabelecem taxas menores são aqueles que têm um parque urbano maior e que têm margem para terem uma política mais diversificada. Quanto aos prédios degradados, sendo antigos, têm um valor patrimonial baixíssimo e acabam sempre por trazer um valor relativo e a aplicação da majoração não produz diferenças abissais. Não podem considerar um custo o pagamento do IMI de uma instalação comercial porque acabam por sentir reflexos do seu pagamento. -----

-----O senhor Chefe da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo disse que os serviços técnicos da Câmara começaram no Verão a fazer um levantamento de todos os prédios degradados desde ruínas até aqueles que precisam de pintura, tendo os critérios sido aprovados na última reunião de Câmara. Estão a fazer um levantamento fotográfico e dos proprietários. Conta até ao natal apresentar o trabalho à Câmara. Esse trabalho servirá de base para a aplicação da majoração bem como das condições para incentivos. Actualmente existem dois projectos, PROHABITA e REABILITA, que criam um regime de incentivos mais eficaz. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que esta proposta devia trazer junto o plano financeiro das verbas que se vão arrecadar para terem uma ideia se as mesmas vão aumentar ou diminuir. O majoramento de 25% é exagerado sem os enquadrar dentro dos programas respectivos. Quanto às outras taxas entende que deviam ser: Prédio urbanos – 0,6%; c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3% e a majoração de 20%.-----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) considerou que o senhor Presidente da Câmara diz muito mas esclarece pouco, tendo-o deixado baralhado quanto à questão da percentagem sobre os prédios degradados. Se não é significativo para a Câmara então esta não é uma medida correcta. Seria mais adequado apresentar formas de reabilitar os prédios. Quanto às outras taxas entende que deviam ser: Prédio urbanos – 0,6%; c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3%; Se o senhor Presidente da Câmara não suspender a proposta vão votar contra. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) subscreveu as sugestões feitas quanto às percentagens.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a receita de 2004 não inclui o cobrado no mês de Setembro, mas esta não tem um valor muito significativo.-----

-----**AUSÊNCIAS:** Pelas 23.51 horas ausentou-se da sessão o senhor João Paulo Hermenegildo (PSD). -----

-----Colocada a proposta à votação, foi a mesma reprovada com 16 votos contra (8 do BP, 5 do PS, 1 do CDS/PP e 2 da CDU) e 7 votos a favor (7 do PSD). -----

-----**PRESENCAS:** Pelas 23.55 horas retornou à sessão o senhor João Paulo Hermenegildo. -----

-----**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO CONCELHO:** Foi deliberado por unanimidade reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre a

ACTA N.º 10/2004 – Reunião de 08 de Outubro de 2004

seguinte proposta: “Considerando que se encontra em fase de elaboração o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho; Considerando a importância do documento que está a ser desenvolvido; Considerando que à volta deste documento é essencial gerar-se um amplo consenso; Considerando que, apesar do acompanhamento que deste documento tem vindo a ser feito pela Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território desta assembleia, se considera importante dar conhecimento do mesmo e ouvir as opiniões do maior número de pessoas possível; O Grupo Municipal do PSD, coloca à consideração da Mesa da Assembleia Municipal, a sugestão de levar a efeito, no próximo dia 22 de Outubro, pelas 21.00 horas no auditório municipal, um colóquio sobre este plano, com a presença da equipa responsável pela elaboração do mesmo, dos técnicos municipais, membros da Assembleia Municipal, vereadores e autarcas das Juntas e Assembleias de Freguesia, bem como dos agentes económicos, sociais e culturais do concelho.” -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral felicitou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e o senhor Mário Morgado pelas suas eleições para a Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana do Oeste, fazendo votos de um óptimo trabalho. Saudou a presença dos serviços técnicos e dos vereadores ainda resistentes. Disse que a proposta está patente no que foi lido e não é mais do que ir ao encontro do que todas as bancadas têm defendido no sentido de que as coisas sejam discutidas. ---

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que poderá haver alguma dificuldade em termos da data porque é necessário pedir a presença de algumas pessoas. O PSD demonstrou disponibilidade para a Mesa em conjunto com a Câmara Municipal e a senhora Presidente da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território tentarem organizar este colóquio. Se não for possível na data proposta sê-lo-á certamente até final de Novembro. -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 00.00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: